

## **O GÊNERO NO CORPO E O CORPO NO GÊNERO THE GENDER IN THE BODY AND THE BODY IN THE GENDER**

**Francisca Islandia Cardoso da Silva <sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente ensaio se propõe a discutir sobre gênero e corporeidade, problematizando o lugar do corpo como suporte mediador na construção e significação do gênero. A diferença física entre homens e mulheres é o principal argumento utilizado para educar e distinguir socialmente seus corpos. Porém, não fossem os significados atribuídos a essas diferenças, o efeito de hierarquização de gênero não seria alcançado de forma tão vindoura. Mais do que portador de funções biológicas vitais, o corpo é, também, marcado pela cultura, normas e regras de determinado contexto social, de modo que as masculinidades e feminilidades são reelaboradas durante todo o ciclo de vida.

**Palavras-chave:** Corpo. Corporeidade. Gênero. Identidade. Relação.

### **ABSTRACT**

This essay aims to discuss gender and corporeality, problematizing the place of the body as a mediator support in the construction and meaning of gender. The physical difference between men and women is the main argument used to socially educate and distinguish their bodies. But, were it not for the meanings attributed to these differences, the effect of gender hierarchization would not be achieved so soon. More than bearing vital biological functions, the body is also marked by the culture, norms, and rules of a particular social context, so that masculinities and femininities are reworked throughout the life cycle.

**Keywords:** Body. Corporeity. Genre. Identity. Relationship.

### **Introdução**

Os estudos de gênero assumiram nos últimos anos papel de centralidade em debates acadêmicos e no contexto político. Sua importância é devida por se tratar de um tema transversal, como bem preconiza a Lei n. 9394/96, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que deve ser abordado por diferentes disciplinas e distintos níveis de ensino em nosso país, a fim de que se construa uma visão distinta acerca do lugar a ser ocupado por pessoas com diferentes gêneros em nossa sociedade. Entendendo o corpo como lugar onde são inscritas a cultura, as tradições, as normas e as regras de determinado contexto

---

<sup>1</sup> Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí, possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí (2010). Atualmente exerce o cargo de Educadora Física na Fundação Municipal de Saúde de Teresina. Possui especialização em Personal Training pela Universidade Estadual do Piauí.

sociocultural, o presente ensaio tem o propósito de apresentar uma discussão sobre gênero e corporeidade, problematizando o lugar do corpo como suporte mediador na construção e significação do gênero.

Sob a perspectiva da abordagem categorial, o gênero assume uma definição baseada na classificação dicotômica dos corpos. Essa forma de abordagem do conceito de gênero se aproxima da visão essencialista, em que masculinidade e feminilidade são vistas como opostos naturais, expressando o contraste dos corpos masculino e feminino. Essa dicotomia do modelo sexual de gênero não está presente somente na anatomia dos corpos, mas, também, nas normas e expectativas sociais. “O ‘papel masculino’ é contrastado com o ‘papel feminino’” (CONNELL, 2012: 1676).

A fraqueza conceitual da abordagem categorial é aparente na análise de gênero desde os anos 80. A crença de que a diferença sexual biológica é expressa em profundas diferenças nas características e no comportamento psicológico foi testada em um amplo corpo de pesquisa e refutada decisivamente. Por outro lado, às vezes, assume-se que a teoria de gênero nas ciências humanas e sociais nega a importância do corpo, ou o significado da reprodução humana, a fim de priorizar a cultura ou a sociedade (CONNELL, 2012: 1676-7).

Nem o corpo, nem o gênero, são essências, mas construções sociais que são acima de tudo pessoais e, portanto, revogáveis. Masculino e feminino não incorporam uma verdade ontológica, baseada em uma anatomia intangível, nem mesmo em uma polaridade necessária (LE BRETON, 2010: 145).

O gênero não é mais postulado na dualidade, mas no acúmulo de possibilidades, dependendo do discurso que o indivíduo mantém sobre si mesmo e do estilo de seu relacionamento com o mundo. O corpo é a ferramenta para criar personagens, um recurso e não o lugar onde se é, já que, agora, a identidade é múltipla. Os corpos não podem mais ser escritos hoje apenas no plural (LE BRETON, 2010: 146).

Corpos e processos sociais não são domínios opostos. Necessidades corporais, prazeres corporais e limitações corporais estão em ação nas relações sociais e estão em jogo na mudança social. Este princípio se mantém na esfera do gênero e para além desta (CONNELL, 2012: 1677).

Recorte de uma pesquisa de doutoramento acerca dos significados de corporeidades e masculinidades de homens jogadores de *rugby*, esta revisão de literatura não sistematizada é

estruturada à luz, principalmente, dos escritos de: Judith Butler, que critica a abordagem essencialista de gênero e o entende como fenômeno discursivo e contextual; Raewyn Connell, a qual entende gênero como uma estrutura social que envolve pessoas, categorias, órgãos e instituições; David Le Breton, que propõe o corpo um trabalho em processo, construído a partir de uma anatomia furtiva e um nomadismo do sentimento de si mesmo; e, Michel Foucault, que reflete sobre as tecnologias de poder e suas tentativas de controle sobre o corpo individual e coletivo.

### **O corpo em uma perspectiva sociológica**

O corpo é configurado na teoria social contemporânea não apenas como produto do contexto socio-histórico, mas também como agente de modificação deste. Através do corpo, o ser humano pode conferir completude às suas vivências. Corrobora essa ideia o estudioso David Le Breton (2007), que, em recusa a uma ideologia individualista, concebe o corpo como inexistente em estado natural e isolado, na medida em que ele se insere na trama da produção de sentidos, e significações culturais, inclusive em suas manifestações físicas e sensoriais, como as enfermidades.

Nessa perspectiva, a existência é, primariamente, corporal (LE BRETON, 2007: 7), pois implica o movimento em determinado espaço e tempo e a reconfiguração social e cultural do meio através da atribuição de significados e valores. As representações, as percepções e as simbolizações das pessoas estão sempre inseridas no corpo. “Quando mostramos o que faz o homem, os limites, a relação com a natureza ou com os outros, revelamos o que faz a carne” (LE BRETON, 2007: 26).

É no e por meio do corpo, imerso em um contexto social e cultural singular, que a pessoa se apresenta ao mundo, diferenciando-se do Outro e, ao mesmo tempo, buscando conectar-se a ele, inserir-se em grupos e tradições e ser reconhecido como sujeito (LE BRETON, 2007: 34). Peça chave no entendimento e na atuação ativa da pessoa em dado espaço sociocultural, o corpo, ao mesmo tempo em que diferencia, também é uma estrutura simbólica que compreende sentidos passíveis de unir diversas culturas. É pela corporeidade, arraigada de símbolos e signos componentes do imaginário coletivo e individual, que o sujeito transforma o mundo em uma extensão de si e de sua experiência, elaborando e vivenciando relações

disponíveis à ação socio-histórica e permeáveis à significação e compreensão (LE BRETON, 2007: 8).

Haja vista a diversidade cultural, diferentes concepções de corporeidade podem ser assumidas por distintos grupos, classes, categorias e gêneros. Nesse sentido, o corpo possui significados distintos de uma sociedade para outra: suas definições imagéticas, os ritos e símbolos sociais que o tomam como protagonista, seu potencial, suas limitações e suas resistências são variados (LE BRETON, 2007: 28-29).

Também observando essa variabilidade de sentidos entre sociedades, Mauss (2003) entende o corpo como um fato social total. Nesse sentido, o corpo está imbricado ao sistema biológico, que lhe garante a existência física, mas também aos sistemas psicológico e social que lhe possibilitam a existência em sociedade. Corroborando a concepção de Mauss, Le Breton (2007: 30), segundo o qual, quando possível, a designação do corpo revela um fato do imaginário social.

Como construção cultural, a relação da pessoa com seu corpo pode, então, ser histórica e infinitamente ressignificada segundo as normas e a cultura da sociedade à qual pertence. Graças ao efeito conjugado dos sistemas simbólicos atuantes sobre a educação e as identificações, o processo de aprendizagem das modalidades corporais, embora mais intenso na infância e na adolescência, perdura desde o nascimento e por toda a existência, sendo ressignificado conforme as configurações socioculturais manifestas perante os estilos, papéis e comportamentos que convêm ao sujeito assimilar em cada contexto vivenciado (LE BRETON, 2007: 9).

Na infância, o ambiente familiar é o principal espaço de assimilação das características de determinado círculo social. Na idade adulta, outros mecanismos e instituições são articulados no processo de aprendizagem das potencialidades e limites da corporeidade. Nesse sentido, o indivíduo se encontra em constante socialização da experiência corporal uma vez que interage com outros sujeitos e, por conseguinte, assimila novos valores (LE BRETON, 2007: 8).

Rompendo com as teorias biologicistas e a-históricas, a abordagem foucaultiana descreve os regimes e dispositivos utilizados na construção do corpo e de suas experiências. Sobre o investimento em torno do que Foucault (2011: 80) chamada de disciplinarização, o autor afirma que o controle sobre os indivíduos “não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] O corpo é uma realidade biopolítica”.

Tecnologias de poder propiciam a organização do corpo no espaço que habita e na relação com os objetos e com outros corpos que o rodeiam. Os corpos são, então, moldados de acordo com as regras e normas vigentes nos mais diversos âmbitos sociais; “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1999b: 25).

Ainda segundo o autor supracitado, “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1999b: 119). Deste modo, a disciplinarização pode impedir a quebra de paradigmas inscritos nos corpos e levar à exclusão daqueles que insistam em desrespeitar as normas (FOUCAULT, 1999a). A força da autoridade social na propagação dos símbolos culturais leva os sujeitos a refletirem demoradamente sobre a possibilidade de subversão, haja vista a extensa possibilidade de sofrerem algum tipo de sanção. Refletindo sobre a educação dos gestos corporais, Mauss (2003: 408) diz que “tudo em nós é imposto. [...] Temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não”.

Também Le Breton discute sobre essa apropriação pelo corpo de valores sociais que, em última instância, educam-no ao oferecer-lhe um universo de sentidos e valores. Para o autor, é sob a lógica do apagamento que as interações sociais se dão, pois “é por seu corpo que você é julgado e classificado, diz, em suma, o discurso de nossas sociedades contemporâneas. Nossas sociedades consagram o corpo como emblema de si” (LE BRETON, 2009: 31). Essa situação demonstra que é concedida uma licença às formas de corporeidade, mas estas são constrangidas a aderir a regras predeterminadas. Uma das formas de educar e diferenciar socialmente os corpos é por meio da categoria gênero.

### **Compreendendo o corpo generificado**

Tomando o corpo como mais do que um portador de funções biológicas vitais, mas como uma base simbólica de reconhecimento de si e dos outros, verifica-se que ele é atravessado por jogos de poder. Dentre estes jogos, pode-se citar os exercidos sobre a categoria gênero.

Com o intuito de compreender as relações de gênero e romper paradigmas exigindo uma nova dinâmica organizacional da sociedade, na segunda metade do século XX, o movimento feminista americano foi, aparentemente, o primeiro a desenvolver o conceito de gênero e analisá-lo como inerente às construções sociais de masculinidades e feminilidades,

questionando seu atrelamento a uma leitura anatômica e biológica limitada à ordem natural das coisas e dando às distinções baseadas no sexo um caráter fundamentalmente social (SCOTT, 1995: 72).

A doutrina do movimento corrobora as ideias da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1967: 9), autora da célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, que pode ser estendida aos homens e outras configurações de gênero externas ao binarismo masculino-feminino. A frase de Beauvoir desnaturaliza o ser mulher e, por consequência, o gênero como estrutura dada e irretocável. Certos valores e comportamentos sociais atribuídos às mulheres e aos homens não permitem ser pensados como biologicamente determinados. Para autora, “somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro” (BEAUVOIR, 1967: 9).

Segundo Scott (1995: 75), gênero pode ser entendido como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. A autora define gênero em duas proposições inter-relacionadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995: 86). Ao deslocar o objeto de estudo da diferença para as relações, a autora infere gênero como produto das diferenças sexuais, mas também, da significação social destas.

Para melhor esclarecer a relação entre gênero e contexto sociocultural e histórico, Scott (1995: 86-87) argumenta que o conceito de gênero envolve quatro elementos inter-relacionados:

- i) símbolos culturalmente disponíveis: evocam representações da mulher. Dependendo do contexto, Eva e Maria, por exemplo, podem ser representações de perversão e pureza;
- ii) conceitos normativos: conceitos baseados nas interpretações acerca dos símbolos e com significados limitados. Esses conceitos estão presentes em rígidas doutrinas que fixam/limitam as condutas e sentimentos adequados aos homens e às mulheres em uma dada cultura.
- iii) concepções políticas, institucionais e de organização social: comprovam a categoria de gênero está em constante construção social, histórica e cultural. A autora critica a redução dos estudos de gênero ao âmbito familiar quando, na verdade, o mercado de trabalho, a educação, os sistemas político e econômico, dentre outros também atuam sobre as relações de gênero, e;

iv) identidade subjetiva: os conceitos de masculinidade e feminilidade são construções subjetivas dos sujeitos, mas também, trazem consigo uma abordagem histórica relacionada às instituições e organizações sociais.

Butler (2003: 29), por seu turno, percebe que “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”. Ou seja, gênero não é uma categoria cuja função é diferenciar homem e mulher, mas dar sentido a esta diferença (SCOTT, 1995). As relações de gênero, entre outras relações sociais, tecem influência sobre a subjetividade do sujeito, pois definem “os modos e os limites pelos quais uma pessoa é educada, tem experiências familiares, afetivas e de trabalho, vê o mundo e a si mesma e é vista pela sociedade, em época e contexto determinados” (PINSKY, 2010: 44).

Estruturas vistas hegemonicamente como femininas, como a sensibilidade, ou masculinas, como a razão, são desenvolvidas ao longo da vida. Os significados de masculinidade e feminilidade são produzidos, reproduzidos e/ou transformados a partir de um processo histórico em que vários elementos estão envolvidos: os símbolos, as normas sociais, a organização política, econômica e social de determinada sociedade em dada época, e a subjetividade. Nesse sentido, as concepções de gênero afetam não só os relacionamentos entre mulheres e homens, mas também se fazem presentes nas instituições militares, familiares, entre classes sociais, categorias profissionais, nas manifestações artísticas, nos discursos científicos, políticos e filosóficos (PINSKY, 2010: 35-36).

A representação e a interpretação cultural dos corpos atribuem diferentes significados às suas características. Assim, determinados traços podem ser “considerados notáveis e, então, se constituírem em ‘marcas’ definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes” (LOURO, 2000: 62). Nessa perspectiva, as marcas deverão falar sobre os sujeitos, indicar suas identidades, causando incômodo e leituras pouco esclarecedoras, que não enquadrem a um e a outro alguém em uma identidade predeterminada a partir da aparência do corpo.

O amparo biológico, revestido pela linguagem científica, utilizado como argumento natural para fundamentar as distintas e seculares posições e tratamentos designados ao homem e à mulher “acaba por ter um caráter de argumento final, irrecorrível” e “a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade social” (LOURO, 2003: 20). No entanto, não são naturais os padrões impostos pelas regras fixas de

gênero. Na verdade, seria reducionista afirmar a diferença sexual como fator preponderante à caracterização e hierarquização de gênero.

O gênero se alicerça, pois, sobre as diferenças biológicas entre os sexos, mas não se reduz a elas, pois as práticas sociais atribuem significados às diferenças sexuais biológicas e as atrelam aos campos social, cultural e político, legitimando as relações hierarquizadas entre os sujeitos. A falha do uso do referencial biológico como justificativa para a constituição da lógica binária sexo/gênero pode ser pontuada nas diversas configurações comportamentais que à última escapam (BUTLER, 2003). Essa percepção aponta, assim, para o caráter mutável do gênero e para a recusa à ideia da irremediável hierarquia entre masculino e feminino.

As masculinidades e feminilidades são, na verdade, construídas e reconstruídas ao longo da vida, sem um ponto cronológico de início e término, e em relação com o Outro; por isso, são sujeitas ao contexto social. São impressas nos corpos marcas que delimitam o que seria da ordem do masculino e do feminino. Essas marcas são dirigidas às práticas e aos processos socio-históricos, atingindo, assim, várias instâncias sociais, como a economia, a política, as relações familiares, entre outras, e excluindo qualquer expressão que borre o contorno definido pela norma binária (CONNELL, 1995).

Assim como o corpo – ou por ser corporificado –, o gênero se inscreve no plano socio-histórico, pois sua configuração engloba processos culturais e simbólicos associados à naturalização de determinados significados e sentidos, e da ocultação de outros. Desta maneira, a naturalização do discurso biológico como justificava para as diferenças entre os gêneros perde força graças à problematização das construções sociais do corpo/gênero. Corroborando essa discussão Simone de Beauvoir (1967: 9), que refletindo sobre os modos de ser mulher afirma que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”, mas sim os valores, saberes e normas sociais.

A educação dos corpos de homens e mulheres começa com a descoberta do sexo do feto. A partir daí, por meio de uma interpretação social, são direcionados aos sujeitos padrões de conduta discriminados por gênero (LE BRETON, 2007: 67). Essa interpretação engendra comportamentos esperados, definindo padrões normativos que são preconizados pelo que Butler (2003: 215-216) chama de “matriz heterossexual”, uma via de controle e regulação dos sujeitos que institui e fixa uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”.

Rememorando a premissa de que os corpos são marcados nas relações com o Outro e, portanto, nomeados e discriminados de acordo com as normas vigentes em determinado contexto (LE BRETON, 2009), a matriz heterossexual opera no sentido de determinar e manter a equivalência entre sexo e gênero, conjugadas, exclusivamente, sob a forma do desejo heterossexual e atingindo as possibilidades e os limites de identificações sexuadas (BUTLER, 2010: 155).

Louro (2000: 67) afirma que, nomeadas no contexto da cultura, “algumas identidades são tão ‘normais’ que não precisam dizer de si; enquanto outras se tornam ‘marcadas’ e, geralmente, não podem falar por si”. As identidades de gênero marcadas são aquelas consideradas não inteligíveis, que, segundo Butler (2003: 38) não respeitam a matriz heterossexual, logo, não apresentam conformidade entre o sexo biológico, o gênero, a prática e o desejo sexuais.

Comportamentos e atitudes externos à norma são considerados transgressões e, caso não sejam corrigidos, podem levar à exclusão social do sujeito. Abraços, beijos, o toque mais prolongado e íntimo são, segundo Louro (2009: 91), práticas comuns e estimuladas entre meninas e mulheres, porém, geralmente, o mesmo não ocorre entre meninos e homens.

O toque a que se refere a autora supracitada também é controlado nos esportes e em outras práticas corporais. Na dança, por exemplo, não é raro o desconforto – e por vezes, até a negativa – dos homens em realizar determinados movimentos. No caso das mulheres, estas são questionadas quando praticantes de atividades tidas como masculinizadas como, por exemplo, o fisiculturismo. Nessa perspectiva, os estereótipos de masculinidades e feminilidades podem obstruir a homens e mulheres a experiência de novas posturas e vivências, e o desenvolvimento de suas potencialidades, desconsiderando, assim, o corpo como elemento social, cultural e histórico responsável pela experiência sensível, porta de entrada para construção de conhecimentos, atuando como obstáculos para a participação e progressão da mulher e do homem, em qualquer prática corporal que destoe do padrão estabelecido.

Colocando em evidência a experiência vivida, Beauvoir (1967: 21) afirma que o comportamento padrão destinado a homens e mulheres “é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade”. O corpo é elemento essencial na constituição da polarização entre masculino e feminino e, conseqüente, polarização relacional entre homens e mulheres, porém “ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade” (BEAUVOIR, 1970: 57).

As normas de comportamento e os códigos de masculinidade e feminilidade são inscritos, nos corpos de homens e mulheres, que, consciente ou inconscientemente, passam a segui-los. A passividade que caracterizará o modelo visto como padrão de mulher, e a vivacidade e autonomia no homem ideal, são traços desenvolvidos desde a infância. Para autora, a mulher é privada da liberdade de compreender seu meio social e se afirmar como sujeito porque, se encorajada a isso, poderia manifestar o mesmo espírito proativo e ousado que um homem (BEAUVOIR, 1967: 22).

Entretanto, os processos educacionais – ou a administração de tecnologias de poder, utilizando os termos foucaultianos – não suprimem de fato o corpo. Como diz Le Breton (2007: 18-19), “o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico”.

Na medida em que é fruto de uma complexa e instável construção simbólica, o corpo não está passivamente diante de uma serie de parâmetros armazenáveis. O corpo é muito mais do que uma determinação ou um produto social, é uma “medida do mundo, uma rede jogada sobre a multidão de estímulos” por onde circulam inúmeros componentes, tanto condicionantes quanto libertários (LE BRETON, 2009: 190). Tributário dos sistemas simbólicos, cabe ao sujeito reter em sua rede corporal os mais significativos para si.

Refletindo sobre a instabilidade dos corpos e dos limites fixados pela matriz heterossexual, a argumentação teórica de Butler tem como um de seus conceitos chave, o ato performativo, necessário à materialização do corpo e, por conseguinte, do gênero. Segundo Butler (2010: 154) a performatividade de gênero não deve ser compreendida como um ato singular, mas como a prática de poder reiterativa e citacional pela qual o discurso produz fenômenos e sobre eles exerce efeitos de regulação e constrangimento. Desse modo, não há sobre o conceito uma perspectiva essencialista, baseada na total conformação do sujeito à norma e, por outro, rejeita-se, também, a ideia de sujeito onipotente.

Apesar da existência de conceitos normativos que modelam as definições, identidades e comportamentos no interior das relações sociais, o papel ativo dos sujeitos na construção de significados não é eliminado. Ao propor que se pense o poder como uma rede produtiva distribuída por todo o corpo social, Michel Foucault (1999a: 91) afirma que “onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”.

Durante sua vida, o sujeito age sobre seu corpo, e conseqüentemente sobre sua interpretação e atuação no meio social, de acordo com as orientações oriundas do processo educativo a que foi submetido (LE BRETON, 2009: 190). A matriz heterossexual objetiva inserir os sujeitos em uma dinâmica performativa de gênero constantemente produzida e reproduzida a partir de um conjunto de caracteres inscritos nos corpos por meio de jogos de poder que tentam ficar um esquema hierárquico nas relações. A prática repetitiva de determinada performance de gênero no interior da estrutura inflexível da matriz referida anteriormente pode levar à sua cristalização no tempo, ou seja, propiciar sua naturalização e irrecorribilidade (BUTLER, 2010).

Porém, é importante lembrar que o gênero não é um recipiente passivo de uma cultura. A insatisfação com o meio é um fator de promoção de alterações nos corpos e nas performances de gênero. Butler (2010: 154) afirma que “o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder”.

As performances que contestam as normas de regulação da matriz heterossexual são consideradas pelos defensores da última como abjetas, mas, isso não impede por completo a possibilidade de transgressão sua lógica. A matriz heterossexual não é infalível. Ela pode tanto produzir performances integradas às suas leis, quanto formas incoerentes (BUTLER, 2003: 38).

A matriz heterossexual incita a valorização de padrões de masculinidade e feminilidade socialmente legitimados, que fabricam a imagem do macho viril e da fêmea delicada. Porém, as relações de poder aí estabelecidas podem se desviar de seus propósitos originais e provocar atitudes de resistência às regras de inteligibilidade dos gêneros, questionando-as e produzindo novas performances (BUTLER, 2003: 54). A mesma percepção sobre a construção social, histórica e cultural do corpo que elucida o processo educativo – ou disciplinador – ao qual este é submetido, também é a força motriz do movimento contrário a esse processo.

Masculinidade e feminilidade são produzidas na cultura, não se configurando como fixas. A partir da ressignificação de valores, tradições, normas e costumes, a ideia de padrão fixo de gênero é problematizada, trazendo, assim, aos sujeitos, a possibilidade de vivenciar performances diversas às normatizadas e prestigiadas socialmente pela heteronormatividade, e que poderão quebrar com algumas daquelas já naturalizadas no meio social.

Homens e mulheres são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. “Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (SCOTT, 1995: 93). Logo, apesar da naturalização de discursos definidores de comportamentos, ações e atitudes pontuados como inerentes a homens e mulheres, ainda assim, existe a possibilidade de negação desses padrões estabelecidos e, nesse sentido, de possíveis mudanças a depender do contexto histórico-cultural.

Há, portanto, um processo de negociação entre os discursos das instituições socioculturais e a identidade subjetiva – como diz Scott (1995) – dos sujeitos. As masculinidades e as feminilidades não são inatas, mas apropriadas num projeto de construção e reconstrução, individual e coletiva, empreendido ao longo da vida. Assim, ao encontrarem espaço para a transgressão, é possível a homens e mulheres irem além dos limites do que é designado a cada gênero, resistir à pressão das expectativas e concepções materializadas nos corpos e buscar outros significados, criando novas formas de relações, de ser homem e mulher (FINCO, 2004), construindo suas próprias corporeidades.

### **Considerações finais**

O conceito de corporeidade ganha relevância na discussão sobre gênero à medida que implica o modo como os sujeitos se veem e como se apresentam ao meio. A ideia de corpo como apenas um emaranhado biológico não cabe na sociedade contemporânea. Na verdade, essa concepção parece nunca ter feito sentido em tempo e espaço algum.

O corpo, como espaço de articulação do sujeito com o mundo, é marcado por símbolos e significações inerentes, inclusive, à categoria gênero. As normas de comportamento e os códigos de masculinidade e feminilidade são inscritos, nos corpos de homens e mulheres, que, consciente ou inconscientemente, passam a segui-los. Talvez este seja o termo chave na construção e reflexão quanto às relações de gênero: significação. No processo de educação dos corpos de homens e mulheres, a diferença física se notabilizou como argumento utilizado para produção da matriz heteronormativa, porém, não fosse a significação dada a essa diferença, o argumento biológico não surtiria o efeito visto até os dias atuais.

Um ponto importante deve ser lembrado. Significados e representações são construções culturais, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. Desse modo, a dinâmica cultural assinalada pela ressignificação de valores, tradições, normas e costumes, pode possibilitar aos sujeitos experiências corporais diversas às normalizadas naquele tempo e espaço. Essa dinâmica é resultado do movimento de resistência ao processo educativo – ou disciplinador – a que o corpo é submetido. E, para além disso, uma vez que, como defende Foucault, o poder não é localizável, a dinâmica cultural é uma força em contínuo movimento. processo.

Com base nisso e no caráter transversal da temática gênero, podemos refletir, então, acerca das possibilidades de atuação da Educação Física Escolar (EFE) na configuração das relações de gênero. Ressaltamos não ser esse o objetivo deste artigo, porém, cabe registrar, mesmo que rapidamente, o potencial desse componente curricular da educação básica para – em regime de colaboração com a instituição escolar e a sociedade – o desenvolvimento de debates aprofundados acerca do tema, visto que o gênero se constitui como uma temática transversal como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

A princípio, pode-se considerar que não cabe à EFE analisar e discutir as potencialidades e fragilidades dos discentes perante as relações de gênero. No entanto, na medida em que as representações de gênero interferem significativamente sobre os conceitos, sentidos e vivências das práticas corporais, transformando-as em lugar de conflitos, então, a EFE deve reservar espaço para discutir essa relação.

A diferença entre as práticas corporais de rendimento e aquelas realizadas em âmbito escolar se encontra no tratamento pedagógico concedido neste último caso pela EFE. O conhecimento e o desenvolvimento da cultura corporal de movimento devem ser democraticamente contemplados pela EFE a partir da vivência, compreensão e discussão dos conteúdos que o constituem, que devem ser reconhecidos como atrelados a um contexto socio-histórico e, por isso, passíveis de transformação.

A prática pedagógica da EFE pode intervir sobre a experiência corporal dos sujeitos, aprimorando-a e contribuindo para o empoderamento de homens e mulheres. Não se trata de condenar determinado saber ou valor, mas de demonstrar a inexistência de um único e inquestionável modo de pensar e vivenciar as práticas corporais. Cabe à EFE tornar possível ao discente o acesso a informações referentes aos significados, às perspectivas históricas e às ideologias que se façam presentes nas diversas práticas e expressões corporais, de modo que,

a partir disso, os estudantes possam, de maneira ativa, executar uma avaliação dos discursos proferidos – e, por vezes, naturalizados – por e perante grupos e contextos sociais específicos. As aulas de Educação Física cumprirão o objetivo acima referido no momento em que se tornarem espaço aberto para o debate de ideias. Especificamente quanto às relações de gênero, a EFE pode, a partir da promoção de participação igualitária em práticas corporais, possibilitar aos discentes o conhecimento acerca das construções socioculturais que operam sobre os corpos de homens e mulheres e colaborar na elaboração de uma postura ativa perante os papéis sociais a eles determinados, impulsionando a problematização de conceitos e estereótipos, fator necessário à desconstrução de relações autoritárias.

Outro ponto que merece destaque na atuação da EFE é a possibilidade de desenvolvimento anatômico, fisiológico e motor dos discentes a partir da vivência de práticas corporais. Os conhecimentos obtidos nas aulas, a convivência e a observação são importantes ferramentas para apreciação do desempenho físico e recomendação de dada prática corporal para e pelos discentes a partir de outros critérios que não somente a questão do sexo. Deste modo, tanto em aspectos anatômico e motor quanto intelectual e social, as práticas corporais podem cooperar para o empoderamento de homens e mulheres.

Não se fala aqui em ignorar as diferenças – anatomobiológicas ou socioculturais – entre os sujeitos. Ao contrário, a EFE deve reconhecê-las de modo a que todos tenham iguais oportunidades de desenvolvimento. Se determinado grupo vislumbra a construção de uma sociedade assinalada pela relação harmoniosa entre seus integrantes, sem submissão de uns sobre outros quanto ao gênero ou outras marcas corporais – como etnia, orientação sexual e deficiência física – então, a diferença não pode ser tratada como mote para legitimar desigualdades sociais.

### **Referências**

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei n. 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes de bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

- BUTLER, J.P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J.P. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G.L.; WEEKS, J.; BRITZMAN, D.; HOOKS, B.; PARKER, R.; BUTLER, J. (Orgs.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.
- CONNELL, R.W. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206. 1995.
- CONNELL, Raewyn. Gender, health and theory: conceptualizing the issue, in local and world perspective. **Social Science & Medicine**, v. 74. p. 1675-1683. 2012.
- FINCO, D. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher**: relações de gênero nas relações de meninos e meninas na pré-escola. 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 29. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Revista Religião e Sociedade**, n. 6, p. 1-36, nov. 1980. Disponível em: <<http://docs12.minhateca.com.br/782171120,BR,0,0,A-preeminencia-da-mão-direita---Robert-Hertz.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. 4. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- LE BRETON, David. Ingénieurs de soi: technique, politique et corps dans la production de l'apparence. **Sociologie et sociétés**, v. 42, n. 2, p. 139–151. 2010.
- LOURO, G.L. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-76. 2000.
- LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOURO, G.L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009. p. 85-93.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PINSKY, C.B. Gênero. In: PINSKY, C.B. (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 29-54.

RODRIGUES, J. C. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1979.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.